

Lula quer 'filtrar' novas polêmicas sobre plano

Planalto tenta diminuir desgaste político com grupo que analisará propostas controversas do programa de direitos humanos

Gerson Camarotti

• BRASÍLIA. Após a crise com os militares, o governo já tem uma estratégia pronta para diminuir o desgaste político em torno de outras polêmicas envolvendo o Programa Nacional dos Direitos Humanos. O Palácio do Planalto pretende se valer do grupo de acompanhamento que vai analisar o programa para filtrar as propostas, fazer a mediação e, em alguns casos, até mesmo propor alterações.

De acordo com um ministro, a determinação do presidente Lula é de adequar o programa com a posição do governo em relação a alguns temas. Em outros casos, a ordem é de adiar o debate por tempo indeterminado. Neste primeiro momento, o Planalto quer ganhar tempo e esfriar o debate, para tirar a crise do noticiário. O grupo ficará encarregado de transformar essas propostas em políticas públicas.

— Esse grupo vai elaborar, inclusive, os projetos de lei. E nada será enviado ao Congresso que tenha posição divergente do governo — disse o ministro.

Na questão do aborto, por exemplo, vai prevalecer a posição do Planalto. Lula ficou contrariado com o fato de o programa ter incluído como intenção do governo apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto. Para ele, esse tema só deve ser tratado pelo governo como questão de saúde pública.

O tema motivou forte reação da Igreja Católica. Foi preciso

enviar emissários do Planalto para tranquilizar o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Dimas Barbosa.

Além do aborto, assessores do Planalto argumentam que o governo não deve ter uma posição em defesa do projeto que estabelece a união civil de homossexuais. Sobre símbolos religiosos em repartições públicas, a avaliação do Planalto é que o assunto deveria ter sido ignorado no programa, pois

criou um atrito desnecessário. O governo também deve enviar emissários para tentar tranquilizar o setor agrário e a mídia, que reagiram às propostas.

Após criticar o plano, semana passada, sob o argumento de que sua pasta não havia sido ouvida, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, decidiu trabalhar em silêncio para emplacar propostas do setor agrícola. Segundo seus assessores, a ideia não é levar um dossiê, mas sugestões "a título de contribuição".

Há questões, como a da soja geneticamente modificada, que já tinham sido decididas e não poderiam entrar novamente no programa. Também há insatisfação quanto a mudanças nas regras para desocupação de terras invadidas.

Ontem, auxiliares de Lula avaliaram que a crise com os militares está resolvida. Para o Planalto, interessa a criação da Comissão da Verdade para que as famílias dos desaparecidos durante a ditadura militar possam "enterrar os seus mortos e conhecer a história". ■

OPINIÃO

SUPOSIÇÕES

• É DITO, sem desmentidos, que o presidente Lula não foi atendido pelo ministro Paulo Vannuchi na determinação de, no texto do "programa de direitos humanos", evitar qualquer afronta aos militares.

COMO NÃO se tem notícia de qualquer reprimenda de Lula, das três, uma: não existe mais hierarquia no governo; a orientação não foi bem transmitida; a determinação não existiu.